



GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

FILOSOFIA COMO ESTRATÉGIA: O PAPEL DA FILOSOFIA PARA VIEIRA PINTO

FELIPE LUIZ¹

Resumo: O objetivo do presente trabalho é debater o papel assinalado à filosofia por Álvaro Borges Vieira Pinto, insígne intelectual do ISEB, à partir de um de seus livros, *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* (1960). A referida concepção é posteriormente comparada com outra, de nossa lavra, que considera a filosofia enquanto uma metaestratégia a partir de três séries de argumentos: cronológica, lógica e política. São debatidas as origens da filosofia e alguns de seus vocábulos de então. Posteriormente, é a própria estrutura das proposições filosóficas que entra em nosso crivo. Por último, são as relações entre filosofia e Poder Nacional postas em relevo. À guisa de conclusões, busca-se mostrar como a filosofia de Vieira Pinto pode ser entendida, ela mesma, como proponente de uma estratégia.

Palavras-chave: ISEB; Álvaro Veira Pinto; ideologia; metafilosofia.

PHILOSOPHY AS STRATEGY: THE ROLE OF PHILOSOPHY FOR VIEIRA PINTO

1 Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP

Abstract: The aim of the present work is to discuss the role attributed to Philosophy by Álvaro Borges Vieira Pinto, famous ISEB intellectual, departing from one of his books, *Ideologia e desenvolvimento nacional* (Ideology and National Development, 1960). The cited conception is posteriorly compared with another one, of our creation, one that considers philosophy as a metastrategy from three series of arguments: chronological, logical and political. The origins of Philosophy are discussed and his vocabulary. After, it is the own structure of philosophical propositions that are analyzed. Finally, it is the relations between Philosophy and National Power that are illuminated. As conclusion, we try to show how the Philosophy of Alvaro Vieira Pinto can be understood itself as proposing a strategy

Keywords: ISEB, Álvaro Vieira Pinto; ideology; metaphilosophy.

INTRODUÇÃO

Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) não é um nome muito comum nos departamentos de filosofia, embora tenha sido um pensador de relevo em seu tempo. Já Cruz Costa (1960) apontava como um dos traços do pensamento filosófico brasileiro o filoneísmo, quer dizer, a necessidade de estar conectado com as últimas modas intelectuais, por vezes virando as costas às nossas produções autóctones. Outros pensadores, como Palácios (2004), apontam como a falta de leitura recíproca dos trabalhos de filosofia brasileira implicam em que não nos conheçamos, não consigamos formar uma massa crítica de filosofia no Brasil, o que implica na fragilidade dessa área do saber nesta *terra brasilis*, especialmente quando comparada a outras ramas do saber, como a sociologia ou a história.

O desconhecimento de que padece a obra de Vieira Pinto pode, também, estar ligado a sorte que teve a corrente política ao qual ele se filiou, ao menos por um período, o nacional-desenvolvimentismo. Isto porque nosso pensador em destaque fez parte do ISEB, aquela instituição projetada para ser êmulo do *Collège de France*, mas que foi fechada logo nos primeiros dias do golpe empresarial-militar de 1964, não sem motivos, visto se opor frontalmente ao projeto que o golpe representava (TOLEDO, 1982).

Nesse curto artigo visaremos debater especificamente um pequeno livro de Vieira Pinto, *Ideologia e desenvolvimento nacional*, onde ele assinala um papel específico para a filosofia e, de modo mais geral, para a ideologia nas tarefas a serem cumpridas no país de então. Após a exposição das teses de Vieira Pinto, cotejaremos sua posição com uma mais hodierna, a qual entende a filosofia como uma *metaestratégia*, a fim de saber se é possível traçar paralelos entre ambas as visões.

CONTEXTO HISTÓRICO: GRUPO DE ITATIAIA, IBESP, ISEB E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL²

Vieira Pinto, conforme dito, viu a luz do sol raiar pela primeira vez ainda no começo do século. Fluminense, nasceu em Campos, no Estado do Rio de Janeiro, em 1909. Formado em Medicina, quando jovem se aproximou do integralismo, doutrina da qual, posteriormente se afastaria; tal aproximação deixaria uma mácula em sua biografia e, por vezes, criaria desconfianças. Após um período na França, defendeu uma volumosa tese sobre cosmologia em Platão e foi nomeado professor de filosofia na Universidade do Brasil, atualmente UFRJ.

Corriam os anos dourados da industrialização, movimento que, se bem possua raízes nos efeitos internos da Primeira Guerra Mundial, se acentua com a Revolução de 1930 e a subida de Vargas ao poder. O Brasil crescia e se industrializava a ritmo acelerado, novas instituições eram criadas, e, como não poderia deixar de ser, o debate de ideias fervilhava, tal qual as ferozes lutas políticas envoltas nesse processo.

No contexto do Segundo Governo Vargas (1951-1954) alguns intelectuais, ciosos das questões que o desenvolvimento aportava, passaram a se reunir no Parque Nacional de Itatiaia, que ficava a meio caminho entre Rio e São Paulo. A autorização para lá se encontrarem foi conseguida com o beneplácito de membros do Governo, com os quais alguns integrantes do grupo de intelectuais era próximo. No que viria a ser conhecido como grupo de Itatiaia a orientação política e filosófica era variada, o que não impediu que esses intelectuais debatessem e chegassem a proposições sobre o futuro do país. Desejando uma maior organicidade, resolveram criar o IBESP, financiado sobretudo por Hélio Jaguaribe e seu ofício de advogado. Nesse período, editaram por curto lapso temporal uma revista, *Cadernos de nosso tempo*, visando debater as questões prementes do Brasil de então.

Com o suicídio de Vargas e vaga de incertezas abertas, o IBESP logra que o então Presidente da República, Café Filho, crie um órgão que aglutinasse intelectuais em torno da proposição de soluções para os problemas suscitados pelo desenvolvimento nacional. Assim, em 1955, surge o ISEB. Dividido em departamentos, coube a Vieira Pinto a chefia daquele de Filosofia. Já no ano seguinte ele faz publicar, sob as expensas do instituto, um pequeno volume, *Ideologia e desenvolvimento nacional* (1956), do qual nos ocuparemos a seguir.

Foi durante o governo Kubitschek (1956-1960) que o ISEB logrou granjear grande fama, oferecendo cursos para vários setores da população urbana, que incluíam desde militares até estudantes. Nesse ínterim, o ISEB ajudou a formular

2 Para as informações desta e da seção prévia, consultamos TOLEDO (1982) e TOLEDO (2005).

uma nova corrente política, o nacional-desenvolvimentismo, ideologia chave para se entender o período. Basta lembrar que o lema de JK era “cinquenta anos em 5”; ou seja, acelerar o crescimento econômico, industrializar o país, urbanizá-lo e, bastante importante, interiorizar o assim chamado progresso. Se JK se fiava em uma gama de órgãos herdados de outros governos, especialmente dos de Vargas, e de proposições agrupadas em torno da CEPAL, o ISEB, com seus economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos, contribuiu na formatação do pensamento oficial, o que não quer dizer que suas ideias tenham sido postas em prática.

Conforme mostra Bielchowsky (2000) o desenvolvimentismo era muito diverso e agrupava desde industriais, como Simonsen, até pensadores, como Cândido Mendes, Guerreiro Ramos e Jaguaribe, além de figuras de proa, tais quais Celso Furtado. Nestes marcos, pode-se dizer que o ISEB foi em partes bem sucedido, na medida em que o desenvolvimento ocorreu, mas que também foi derrotado, já que JK se valeu ostensivamente de capital estrangeiro para financiar a industrialização e o resultado de seu governo foi um país eivado de dificuldades sociais, à beira de uma guerra civil. Ou seja, caso decomponhamos o nacional-desenvolvimentismo, o primeiro termo, nacional, foi derrotado, já o segundo, executado tendo por base poderes alienígenas.

A periodização dos trabalhos do ISEB não é fato sem disputas. Alguns autores falam de dois períodos, outros de três. Se considerarmos o grupo de Itatiaia e o IBESP, podemos, até mesmo chegar a cinco períodos. De todo modo, a partir da década de 1960, há uma guinada no instituto. Hélio Jaguaribe, que ostentava posições ferrenhamente anticomunistas e aceitava o capital estrangeiro na consolidação do desenvolvimento, se desliga do grupo, bem como Guerreiro Ramos. Ao mesmo tempo, Roland Corbisier, até então dirigente máximo, se afasta da instituição, visto que fora eleito deputado pela então Guanabara. Em seu lugar assume Vieira Pinto. O tom das publicações do instituto muda; há um verdadeiro giro esquerdista, e o ISEB, embora com verbas reduzidas, passa a se embrenhar nas lutas políticas do período com bastante ímpeto.

É um período conturbado. Eleito presidente, Jânio Quadros renuncia meses depois, em um governo marcada por polêmicas e com um tom moralizante. Em seu lugar, deveria assumir João Goulart, herdeiro do varguismo. Partes da direita se mobilizam a fim de evitar sua posse. Chega-se à proposta do parlamentarismo, derrotada em plebiscito meses depois. No campo, os agricultores pobres se organizam em torno da Liga dos Camponeses. Nas cidades, greves explodem, e os estudantes estão na linha de frente da mobilização, por exemplo, com os Centros de Cultura Popular. Há também uma ofensiva cultural das esquerdas, com os Cadernos do Povo brasileiro, por exemplo, no qual muitos intelectuais do ISEB, incluído seu diretor, Álvaro Vieira Pinto, publicam pequenos livros, destinados a ilustrar as

massas. Os quartéis estão politizados, o país se divide. Nessa conjuntura, o ISEB se localiza ao lado das forças progressistas, pressionando o governo e a sociedade no sentido das Reformas de Base, propostas por Jango. O autoritarismo do golpe vem acabar com toda essa efervescência e mergulhar o país em um governo militar por 21 anos.

IDEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL NA VISÃO DE VIEIRA PINTO

Ideologia e desenvolvimento nacional é um livreto, de pouco mais de cinquenta páginas, publicado em 1956. Trata-se da transcrição da aula inaugural de Vieira Pinto no ISEB. A seguir abordamos suas posições principais.

Para Vieira Pinto o Brasil possuiu pensadores que tomaram a tarefa de refletir sobre os problemas nacionais; tinham noção de sua responsabilidade, especialmente diante da apatia das massas. Mas, por falta de infraestrutura, não possuiu filósofos, o que retardou o progresso do país e turvou nossa visão de nós mesmos.

Não tivemos filósofos que desempenhassem o que seria o seu papel natural, o de sugerir aos diferentes especialistas, críticos dos fatos, artistas e reformadores das instituições, a superação dos próprios campos de pensamento ou de ação, e a formulação dos problemas nacionais no âmbito da visão histórica de conjunto (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 12)

A filosofia poderia ter possibilitado ao Brasil uma concepção de universalidade, que os sociólogos, acantonados, não possuem, por melhores que sejam suas obras. Sem as categorias interpretativas que a filosofia pode fornecer, não há interpretação possível. Disso resultou uma incompreensão do papel das massas humanas que compõe nossa população, a qual aos poucos espraia-se pelo território, diz Vieira Pinto. O Brasil está em crescimento. Ou se desenvolverá ou nosso destino será o das nações asiáticas, que, naquela altura, padeciam de guerras civis e miséria crônica. Há um processo de autoesclarecimento das massas, e é tarefa de primeira grandeza, para o sociólogo, compreendê-lo, secundado pelo filósofo. A seguir, daremos indicações da compreensão deste fenômeno, segundo Vieira Pinto, mas sem levar em conta os dados infraestruturais.

Diz o filósofo fluminense que a velha sociologia via a consciência social como apanágio das elites, enxergando as massas como incultas. Nada mais equivocado, nos diz ele. Pode-se afirmar que nas massas há uma protoconsciência esperando condições econômicas mínimas para desabrochar, visto haver um impulso para

ideias mais elevadas. Assim, esses indivíduos abandonam sua condição pré-culta e, tomando consciência de sua existência miserável, põe-se a reclamar melhores condições. Aos poucos passa de uma consciência sensitiva para uma consciência representativa, conceitual, transformando o que antes era instinto em ciência de sua situação. A passagem de uma para outra não é apenas de ordem psicológica, como também metafísica, com consequências sociais. “Porque — e isto é o que desejaríamos acentuar — o homem que possui uma ideia é ao mesmo tempo um homem possuído por essa ideia” (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 18)

Todo processo objetivo possui uma concatenação lógica paralela. Assim, as teorias não são inocentes, podendo mobilizar forças sociais para um projeto de compreensão ou modificação da realidade. Fica mais patente assim o que chamamos de “ideologia do desenvolvimento nacional” e a contribuição do pensar filosófico na formação dessa ideologia.

Aproximando-nos, por este modo, da compreensão das próprias raízes do processo histórico, pois no problema das ideias, enquanto ideologias, há que distinguir dupla face; por um lado, é o indivíduo que possui a ideia, e esse é o aspecto psicológico; mas, por outro, é a ideia que possui o indivíduo, esse é o aspecto sociológico (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 19)

Para Vieira Pinto, ressoando Corbisier, não haveria desenvolvimento possível sem ideologia do desenvolvimento:

Toda mutação de cena, todo avanço histórico, é necessariamente produto das ideias que a cada instante do tempo humano são possuídas por um grupo social, e por isso mesmo inspiram certo projeto futuro. O projeto é igualmente uma ideia ainda não realizada, mas pensada em função das representações atuais, e só possível em razão delas. Não há liberdade de arbítrio na projeção do futuro, pois só tem significação, viabilidade e eficácia o projeto que decorre do que concebemos como realidade presente” (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 20)

Não se trata de migração de perspectivas, visto que esta está fadada ao fracasso, mas de, a partir de um conhecimento da realidade social, que é histórica, projetar saídas para a atual sociedade.

Pensemos o desenvolvimento nacional. Este é um processo, quer dizer, uma sucessão temporal conectada, de modo que o presente há de ser resultado do que lhe precedeu assim como o futuro será resultado do que ocorreu antes. “Em consequência deste ponto-de-vista, temos de aplicar à noção de desenvolvimento nacional os demais aspectos da categoria de processo, especialmente os de finalidade, unidade, especificidade e o de ideia diretriz, que os resume a todos” (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 22).

O desenvolvimento é, dessarte, um processo que deve ser guiado por uma ideia unificadora. O melhor agente para planejar o desenvolvimento é o Estado; mas este há de se fazer com agentes livres, que precisam ser conquistados em sociedades democráticas. Trata-se de uma antinomia, e uma tal que somente pode ser superada com a clareza de consciência. Se esta ideia na consciência se opuser à ideia unificadora, cria-se um foco de resistência, que não pode ser vencido pela força. Somente com uma exposição clara, que, pela própria força de sua exatidão, convença, chegar-se-á à concordância entre os que dirigem e os que executam, embora todos executem o processo histórico. É necessário que aquilo que em cada consciência é ideia se torne socialmente ideologia.

Todas essas considerações reduzem-se a uma só: a noção de desenvolvimento nacional, como processo social orgânico, postula uma ideia diretora, aquela à luz da qual é o processo compreendido e interpretado. Sem ideia, não vemos mais que a sucessão empírica, privada de sentido e de inteligibilidade. Só quando subordinamos os fatos e o seu desenrolar a uma interpretação que, em última análise, decorre de um projeto, é que lhes damos consistência histórica. Só então é possível falar em desenvolvimento nacional (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 25-26)

A consciência nacional começa a impor-se. Até então, ela era inautêntica, visto que se organizava em torno de pensamentos de outros para qualificar o país. Aos poucos, ela abandona esse estado de alienação, típica de situações coloniais. “Sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional” (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 29). Mas não basta ter esta ideologia; “a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa” (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 30)

De nada adianta grandes líderes isolados, pois não é assim que se desencadeia o processo de desenvolvimento nacional. “o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas” (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 31) As massas, em sua pressão recente (1956) por participação política, devem impulsionar o desenvolvimento nacional: “a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas.” (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 34).

O papel da filosofia é plasmar as categorias gerais que permitam que outras ciências se organizem, especialmente as ciências humanas. Mas essas categorias não podem ficar presas nas torres de marfim intelectual; elas devem arrebatá-las as massas e convencê-las da necessidade do desenvolvimento nacional. Por exemplo:

A categoria de unidade que, conforme vimos, é uma das condições inerentes à noção lógica de processo, projeta-se no domínio da ação, como diretriz empírica, determinando a seguinte regra na promoção dos planos de desenvolvimento: o processo nacional é um todo orgânico, o seu movimento é um só. Isto significa que,

por mais especializados que sejam os setores onde se situam os problemas, estes não podem ter soluções à parte (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 38)

Às elites cumpre compreender essa ideologia e se filiar a ela, mesclando-se, desta forma, com a própria consciência que já emana das massas populares.

Do fato de que ideologia implica representação clara na consciência das massas, podemos tirar esta conclusão: só estarão credenciados para promover o desenvolvimento nacional aqueles (sic) que forem escolhidos pelas massas ou, noutras palavras, não pode haver solução política para os problemas brasileiros fora do voto popular (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 40)

Por isso, não é se fiando em lideranças carismáticas ou salvadores que o processo de desenvolvimento poderá encontrar bom fim. Somente a consciência das massas esclarecidas pelas categorias forjadas pela filosofia pode cumprir esse papel. Essa ideologia do desenvolvimento que emana das massas não se confunde, diz Vieira Pinto, com a defesa de uma ou outra fração da sociedade brasileira, mas com a propugnação do interesse de toda a sociedade brasileira, quer dizer, do interesse nacional.

Essa atitude, se por um lado não implica nenhum compromisso político-partidário, abre, por outro, a exigência de uma teoria que nos arme das categorias com que pensar o problema específico que temos em vista, e por isso implica a elaboração da filosofia do desenvolvimento, que chamamos de ideologia nacional. É conveniente, também, esclarecer que não pretendemos criar, à maneira de certos pensadores menores, o que se chamaria de “filosofia brasileira”, propósito cujo ridículo nos parece desnecessário salientar” (VIEIRA PINTO, 1960b, p. 44-45)

A tarefa do ISEB seria criar essa ideologia nacional.

Em suma, Vieira Pinto entende que é necessária uma ideologia para guiar o desenvolvimento nacional e que compete a filosofia formular as categorias que guiarão o desabrochar dessa ideologia. A tarefa da filosofia seria fornecer as guias mestras da formatação de um espaço teórico destinado a permitir que outras ciências — como a sociologia, a história e a economia — operem. Essa ideologia assim formada, destituída de traços negativos, seria destinada a aclarar e penetrar na consciência das massas, visto que o desenvolvimento não seria acaso ou fruto da bondade das elites dirigentes, mas, sim, um decorrente da própria consciência das massas. Deixemos de lado os pressupostos criptoexistencialistas de Vieira Pinto, para nos focar nos poderes que ele atribui à filosofia, enquanto disciplina ordenadora do pensar. No esquema dele, compete à filosofia um alto grau de responsabilidade no plasmar de um momento histórico. Por ora, isto nos basta.

A IDEIA DA FILOSOFIA COMO METAESTRATÉGIA.

Temos nos dedicado no último período a desenvolver uma pesquisa heteróclita, onde pena e espada se encontram de forma inédita, ao menos até onde correm nossos conhecimentos de história da filosofia. Trata-se da intersecção entre filosofia e teoria militar. Não são saberes que estão no mesmo nível, como logo se nota. Os filósofos são lidos e comentados por todo estudante e pesquisador, e, alguns, até mesmo por pessoas fora do circuito do alto saber. Além disso, recentemente no Brasil, com a explosão das redes sociais, certo tipo de filosofia tem se espalhado e alguns filósofos ou filofilósofos tem se tornado verdadeiras celebridades, comparecendo a programas de auditório e vendendo, como diz Dosse (1993), como pãezinhos. No caso da teoria militar, o panorama é outro. Mesmo entre as capas letradas da sociedade geralmente só dois nomes são conhecidos: Sun Tzu, que foi pasteurizado na forma de literatura para negócios, e Clausewitz, e este ainda assim granjeando fama bastante limitada. É como se os livros de estratégia não fossem feitos para ser lidos, como se a teoria militar devesse restar saber hermético, iniciático, vedado àqueles que não cursam as Agulhas Negras.

Havendo esse desnível, por que buscar pôr em diálogo duas disciplinas tão díspares, com diferenças de tratamento tão pronunciadas? A ideia nos surgiu de forma fortuita. Estudando filosofia, pesquisávamos as relações entre pensamento libertário e o pós-estruturalismo francês. Do estudo daquele nos deparamos com a questão das diferentes estratégias entre as teorias estatistas e as anarquistas. Disto para o interesse em estratégia ela mesma foi um átimo. Pouco depois, líamos o livro de Saint-Pierre (1999) sobre a estratégia revolucionária. Neste tomo se encontra a distinção entre os tipos de guerra para os gregos, distinguidas em *polemos* e *stasis*, a primeira indicando a guerra convencional, a segunda a insurreição, a guerra civil. Nos perguntamos qual seria o conceito que Heráclito utilizaria no famoso fragmento 53DK: “A guerra é de todas as coisas pai” (HERÁCLITO, 53 DK apud KAHN, 1979, p. 66). Estudamos grego e o mundo clássico, e terminamos por chegar à compreensão da filosofia como metaestratégia.

Podemos considerar a filosofia como metaestratégia em vários níveis distintos. Primeiro, um nível cronológico, ligado à forma como a filosofia foi pensada entre seus iniciadores. Segundo, em um nível lógico, a partir dos modos através dos quais a filosofia se aproxima de seu objeto. Por fim, em um nível político, dado os efeitos da filosofia e sua relação com o Poder Nacional. Analisemos cada um desses níveis.

Quanto à cronologia, basta pensarmos que a filosofia floresce na Grécia antiga, em um contexto de emergência do mundo clássico. Com Tales e mais ainda com Anaximandro, a *historie* era entendida como a pesquisa de uma *arché* do *kosmos*.

Arche é um termo grego polissêmico, posto que, ao mesmo tempo que significa começo, princípio, significa comando e também império. Já *kosmos* está ligado ao verbo *kosmeo*, que significa colocar em boa ordem; nossa palavra cosmética vem daí (CHANTRAINE, 1968). Anaximandro, o primeiro a utilizar estes vocábulos, tinha em mente que sua pesquisa era a de encontrar o princípio comandante da bela ordem cósmica. Para ele, este princípio era o *apeiron*, o infinito indeterminado, de onde infinitos mundos surgiram e para onde esses mesmos mundos tendem (KAHN, 1960).

Anaximandro começa uma tradição, a da filosofia milésia, com outros representantes como Heráclito, Anaxímenes e Xenófanos. Heráclito introduz outro termo, a noção de *logos*. Há uma disputa semântica sobre o que ele significava com esse substantivo. *Logos* pode ser entendido tanto como o próprio discurso de Heráclito, quanto como uma racionalidade do mundo. Ele afirma que se deve prestar atenção não às suas palavras, mas ao *logos* do mundo. O termo mantém relações evidentes com o verbo *legein*, que significa tanto falar quanto recolher. O grego possui uma forma verbal próxima do passado chamado aoristo, por meio da qual se indica que algo ocorreu uma vez. O aoristo de *legein* é *eipein*. Este termo, por sua vez, é aparentado com o *epos*, o discurso da épica. Assim, quando Heráclito afirma que devemos ouvir o *logos* do *kosmos* ele está fazendo uma brincadeira em relação ao *epos*: deixemos de ouvir o discurso dos poetas épicos e escutemos o que diz o mundo ele mesmo presentemente. Como se sabe, a mitologia grega, sua religião, foi sistematizada pelos poetas, como Hesíodo. Note-se que Anaximandro escreveu em prosa, outra contraposição em relação aos poetas (KIRK, RAVEN, SCHOFELD, 2005).

Xenófanos, por sua vez, faz troça dos múltiplos deuses da religião popular. Para ele, se os cavalos ou os bois tivessem mãos, pintariam deuses cavalos e bois, assim como os homens pintam deuses antropomorfizados e os deuses dos trácios são ruivos ou os dos etíopes negros. Em vez de uma multiplicidade de deuses assemelhados aos homens, Xenófanos propõe um deus único, uno (KIRK, RAVEN, SCHOFELD, 2005).

Percebe-se, portanto, alguns traços na Escola milésia. Primeiro, sua pesquisa é uma tal que busca pelo princípio comandante do mundo. Segundo, é uma pesquisa voltada para descobrir o presente, preocupada com aquilo que coevamente ocorria no mundo helênico. Terceiro, se opõe à religião e aos deuses então majoritariamente cultuados no mundo grego. Assim, podemos afirmar que a filosofia nasce como uma crítica dos costumes e explicações que a maior parte da sociedade helênica fornecia em relação ao ordenamento, origem e funcionamento do universo. A filosofia surge, então, como um discurso contraposto ao *mythos* dos poetas em verso, como uma pesquisa do *logos* do mundo (KIRK, RAVEN, SCHOFELD, 2005). Eis um primeiro

traço estratégico: um discurso que visa combater aquele dominante na sociedade de antanho.

Em segundo lugar, abordemos o nível lógico. As proposições filosóficas guardam a particularidade de buscar dar o conceito, seu principal operador, de seu objeto. Ou seja, a filosofia intenta subsumir a coisa ao conceito, dando sua explicação completa, seu funcionamento, seus traços, sejam eles gerais ou específicos. A filosofia não se contenta com as pectos superficiais, buscando o âmago mesmo, o *coeur* do mundo. Ao mesmo, é uma disciplina que tem por objeto não um segmento dos entes, mas o ser ele mesmo. A filosofia tem como pretensão descobrir a essência do ser. Arrogância ou sede de poder, na medida em que toma como objeto cada ente em específico, e intenta descobrir sua essência. Peguemos o exemplo da lógica; esta disciplina filosófica intenta fornecer as regras do bom pensar, discriminando quais argumentos são válidos e quais são falaciosos. Mais ainda: a lógica intenta formular como combinar os argumentos a fim de encadeá-los em uma sucessão tal que permite produzir argumentos válidos e convincentes, ponto onde ela se encontra com a retórica. Através de complicado simbolismo, ela fornece operações do pensar com retidão. Como o pensamento se aplica sobre o mundo, a lógica se aplica sobre o funcionamento das coisas. Outro exemplo é o da Estética; esta disciplina, por sua vez, intenta nos brindar com as regras do bom gosto, intenta descobrir o que e como sentimos, como nos relacionamos com o mundo através das sensações. Ou seja, a filosofia e suas disciplinas intentam descobrir a essência do mundo. Não de uma maneira inocente ou desinteressada; conforme apontado, a filosofia busca a *arché* do mundo, significando este vocábulo tanto princípio quanto domínio. Descobrir o princípio para dominar, eis o objetivo da filosofia (LUIZ, 2017).

Por fim, enquanto estratégia história e suas ligações com o Poder Nacional. Pensemos por parte. Estratégia histórica é um termo oriundo da filosofia de Foucault. Foucault opera com cinco conceitos distintos de estratégia, que podem ser reduzidos a três: estratégia arqueológica, estratégia histórica e estratégia de comando. O primeiro, ligado à pesquisas epistemológicas, não nos interessa. O segundo ocorre em seu pensamento sob o nome de estratégia sem sujeito. Como este nome dá a entender que não há sujeitos envolvidos, preferimos chama-lo de estratégia histórica. Foucault admite um modelo bélico de explicação da sociedade. Ou seja, instituições, costumes, leis, discursos, etc., tudo isto deve ser entendido em um gradil conflituoso, não assumindo nada como natural ou inocente, nem mesmo as ciências. Destarte, a melhor forma de analisar a sociedade é com modelos militares ou criptomilitares, com seus operadores, como tática e estratégia. Como as coisas se dão historicamente e em determinado espaço, cada ação pode ser entendida como tática, com repercussões estratégicas (de longo alcance), dado que persistem no tempo através de seus efeitos (LUIZ, 2021). Não se trata de uma filosofia da história tal qual praticada no século XIX, visto que nega um futuro fechado ou com um

determinado *telos* a se realizar. O grego guarda outro vocábulo que indica finalidade: *skopos*. Podemos então propor que se trata não de uma teleologia histórica, mas de uma *skopologia*, conceito sobre o qual estamos refletindo e que carece de maior aprofundamento. É a primeira vez que o apontamos em nossos trabalhos, de modo que sua repercussão há de servir para que aprimoremos nossas considerações.

Uma nação se constitui como tal na medida em que seus membros possuem uma história e aspirações comuns, manifestadas em seus objetivos Fundamentais, os mais altos valores que uma sociedade aspira. Esses objetivos, que incluem formas de relacionamento com o mundo, com as demais nações e consigo própria necessita de capacidade de se afirmar no mundo. Essa capacidade se chama Poder Nacional e possui várias expressões, como militar, política e científica (ESG, 2019). A filosofia incide sobre os objetivos Fundamentais de uma sociedade e é tarefa do Poder Nacional esparramá-la a fim de obter maior adesão e chegar a realizar esses Objetivos. O Poder Nacional de uma sociedade é uma estratégia histórica, assim como a filosofia que o suporta. Ainda nesse sentido, portanto, pode-se falar que a filosofia guarda forte carga estratégica.

Três ordens de razões para se considerar a filosofia uma estratégia. Mas, talvez, seja mais próprio chama-la de metaestratégia, na medida em que nela estão contidas outras estratégias históricas. Como a filosofia intenta conhecer o ser ele mesmo, em uma hierarquia de saberes ele ocupa um posto elevado. Somente a matemática pode rivalizar com ela, já que a filosofia é a matemática das ciências humanas (PALÁCIOS, 2004). Assim, as ciências se originam da filosofia e sua cientificidade é debatida pela filosofia, através da epistemologia. Pode-se dizer que as ciências são tributárias na tentativa megalomaniaca da filosofia em pesquisar o ser. A ciência seria uma estratégia, no interior de uma *skopologia*, de dominar o ser.

Qual o *skopos* da filosofia? Não outro que conhecer o ser ele mesmo, de dominá-lo, submetê-lo. Para obter tal objetivo, tal meta estratégia a filosofia conta com uma tática histórica: a ciência. Como o homem é marcado pela finitude, e conhecer a infinitude do ser exige uma infinitude similar, somente com corpos virtualmente ilimitados poderemos alcançar tal meta. Ou seja, somente com o advento da máquina. Mas a máquina, para se operacionalizar, supõe que se substitua o orgânico. Daí que reflitamos em termos de *maquinidade*, como substituto provável da humanidade a fim de que aqueles primeiros traços da filosofia, aquela busca pela *arché* do *kosmos*, encontre consecução.

À guisa de conclusão

Destarte foi com grande surpresa que nos deparamos com a filosofia de Vieira Pinto, visto que defendemos ideias muito similares as deles. As fontes, contudo, são diferentes. Vieira Pinto foi haurir seus pressupostos de autores como Hegel e os existencialistas, conquanto nós fomos nos inspirar nos trabalhos de uma

tradição francamente antihegeliana, o pós-estruturalismo francês. Isto não quer dizer que não sejam possíveis pontes. Esposamos a ideia de Vieira Pinto e cremos que seu chamado para a constituição de uma filosofia que, aclimatada ao país, seja capaz de nos dotar de instrumentos teóricos que subsidiem a mudança necessária, tendo em vista nossos problemas.

Vieira Pinto pensa que a filosofia possui um papel diretor no conjunto das ciências humanas, na medida em que ela fornece as categorias lógicas para se pensar a realidade nacional. A filosofia guarda um papel estratégico na formulação de uma ideologia do desenvolvimento que deve se apossar das massas para se concretizar. Ela indica, na selva das coisas, um caminho. Do mesmo modo, consideramos que a filosofia, entendida como estratégia, serve para afirmar um Poder Nacional e projetá-lo no mundo, bem como a filosofia, ao formular seus conceitos e teorias visando subsumir o ser a si própria, trabalha no sentido de ordenar o real e dominá-lo. São caminhos teóricos ao mesmo tempo próximos e distintos. Próximos, na medida em que consideram que a filosofia possui grandes poderes e responsabilidades. Distintos já que Vieira Pinto é marxistóide, e não alargou suas concepções ao ponto em que alargamos. Mas são, sem dúvidas, caminhos paralelos que se cruzam, por exemplo, no presente texto.

Não cremos, contudo, que seja ridícula a ideia de uma filosofia brasileira, como ele pensava. Talvez exatamente por ter a comunidade filosófica brasileira se fiado em autores exógenos quedou ela incapacitada de plasmar um pensamento preocupado com nossas questões. Como nos ocupamos da glosa de autores alienígenas, em decorrência sobremaneira do estruturalismo francês de Guérout, viramos as costas a autores como Vieira Pinto, que se preocuparam com a realidade nacional, tão premente de questões e respostas que somente a filosofia, enquanto metaestratégia é capaz de fornecer. Nesse sentido, recuperar as propostas de Vieira Pinto é como que um reencontro com nós mesmos, com nossos antepassados espirituais, que vislumbraram um Brasil diferente, sonho este que, a cada dia, se desvanece na dura realidade dos fatos, desta vez não por força militar somente, mas por uma mixórdia que combina tecnologias hipermodernas com ideias ultrapassadas. Vieira Pinto nos ensina, em outros textos, a desconfiar da consciência ingênua, aquela consciência que não sabe determinar o porquê de suas categorias. Em seu lugar, ele propõe a consciência crítica, ciosa de suas origens. Passados trinta e três anos de sua morte, essas ideias de Vieira Pinto são mais atuais do que nunca (VIEIRA PINTO, 1960a).

BIBLIOGRAFIA

BIELCHOWSKY, R. 2000. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. RJ: Contraponto, 2000.

CHANTRAINE, P. Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots. Paris: Klincksieck, 1968

CRUZ COSTA, J. 1945. A filosofia no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1945.

_____. Panorama da história da filosofia no Brasil. SP: Cultrix, 1960.

DOSSE, F. História do estruturalismo volume I: o campo do signo 1945-1966. Tradução Álvaro Cabral. Campinas: EDUNICAMP/Ensaio, 1993.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). Fundamentos do Poder Nacional. Rio de Janeiro: ESG, 2019

KAHN, C. H. Anaximander and the origins of Greek cosmology. New York: Columbia University Press, 1960

_____. The art and thought of Heraclitus. Cambridge: Cambridge University Press, 1979

KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. Os filósofos pré-socráticos. 5. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005

LUIZ, F. Filosofia como estratégia, Diaphonia, Toledo, v. 3, n. 2., 2017^a, p. 159-165

_____. Poder e história: o conceito de estratégia em Michel Foucault. Dissertação de Mestrado. Marília, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/204355>>, acessado em 28/04/2021

MANTEGA, G. A economia política brasileira. RJ: Polis/Vozes, s/d.

PAIM, A. A filosofia brasileira. Lisboa: Ministério da Educação, 1991

PALÁCIOS, G.A. Alheio olhar. Goiânia: EDUEFG, 2004

SAINT-PIERRE, H. L. Política armada — Fundamentos da Guerra revolucionária. SP: EDUNESP. 1999

TOLEDO, C. N. de. Intelectuais e política no Brasil. Rio de Janeiro: Revam, 2005

_____. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1982

VIEIRA PINTO A. B. Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua. RJ: ISEB, 1960^a, vol. I

_____. Ideologia e Desenvolvimento Nacional. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960b